

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 206 – 05/07 à 09/07/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Acidente do Trabalho foi o tema do webinar da Canpat 2021](#)

Revista Proteção - 08/07/2021

Dia 7 de julho, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho realizou live da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) abordando aspectos relacionados aos acidentes do trabalho, tais como ocorrência, análise realizada pelos auditores-fiscais do Trabalho e ações regressivas. O evento da CANPAT 2021 foi transmitido pela Canal de [Youtube da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho](#).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Mantida justa causa para trabalhador que tentou beijar colega](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/07/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-1) manteve a demissão por justa causa de um empregado da Petrobras, em Belém-PA, que tentou beijar à força uma colega de trabalho. A defesa dele alegou ter havido reexame de provas pela Sétima Turma do TST, tese rechaçada por unanimidade pelo colegiado da SDI-1, que entendeu que a conduta do empregado caracteriza ato de assédio, o que, por si só, é suficiente para a dispensa por justa causa.

### [Empresa de engenharia deve pagar pensão mensal à viúva de trabalhador morto em mina](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/07/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, condenar a Shaft Engenharia e Serviços Eireli e a Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A. ao pagamento de pensão mensal à viúva de um supervisor de turno morto em acidente de trabalho quando o elevador onde se encontrava despencou de uma altura de 500 metros dentro de mina. Pela decisão, o valor deverá ser fixado em percentual equivalente a 2/3 do salário do empregado, e a pensão deverá ser paga até que as parcelas atinjam R\$ 200 mil.

### [Negada nova sustentação oral após direito não ser exercido em julgamento anterior](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/07/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um administrador contra decisão que negou nova oportunidade de sustentação oral ao advogado que o representa. No caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) julgou, novamente, após acolher embargos declaratórios com efeito modificativo, recurso ordinário da

Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (Isba), que não tinha sido conhecido quando julgado pela primeira vez e, por essa razão, o patrono do trabalhador não tinha se manifestado. Na oportunidade do julgamento do mérito do recurso, após o provimento dos embargos de declaração, o direito à sustentação estava encerrado.

### [Senado aprova indicados para ministros do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2021

O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (7), as indicações do desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS), e do procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, para exercerem o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

### [Operador de empilhadeira ganha adicional de periculosidade por reabastecer o equipamento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a um operador de empilhadeira da Logística e Transportes Planejados Ltda. o adicional de periculosidade por exposição à substância inflamável GLP por cerca de dez minutos diários durante a troca do cilindro de gás para reabastecimento do equipamento. Os ministros entenderam que se trata de exposição intermitente ao agente perigoso.

### [Motorista que alegava doença psiquiátrica após acidente terá pedido de indenização reexaminado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/07/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) se manifeste sobre a possível responsabilidade da CSN Mineração S.A. pelo acidente envolvendo um motorista que sustenta ter desenvolvido doença psiquiátrica após ter sido acusado pela empresa de ser o causador da morte de dois colegas de trabalho. Segundo a Turma, esse aspecto não foi examinado nas instâncias anteriores.

### [Patrão que demitiu empregada doméstica por WhatsApp pagará indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/07/2021

Uma empregada doméstica de Campinas (SP) receberá R\$ 5 mil de indenização do ex-patrão por ter sido acusada de ato ilícito e demitida por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Para a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou o recurso do empregador, o instrumento utilizado para a dispensa justifica a condenação.



## Notícias do Executivo

### [Governo federal simplifica assinatura de documentos digitais e facilita abertura de empresas](#)

Ministério da Economia - 08/07/2021

O governo federal está colocando à disposição das Juntas Comerciais dos estados a assinatura eletrônica pelo portal gov.br. A solução tecnológica facilita a abertura de empresas, ao permitir que empreendedores assinem documentos gratuitamente, com segurança, garantia de autenticidade e reconhecimento legal.

### [Ministério da Economia regulamenta pesquisa de preços com base na nova lei de licitações](#)

Ministério da Economia - 08/07/2021

O Ministério da Economia divulgou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (8/7) a Instrução Normativa Seges nº 65, que regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, com base na nova lei de licitações (Lei nº 14.1333). A redação da norma passou por consulta pública e recebeu 207 contribuições via portal Participe + Brasil.

### [Receita Federal conclui envio dos comunicados para pleitear financiamento pelo Pronampe](#)

Ministério da Economia - 07/07/2021

A Receita Federal concluiu na terça-feira (6/7) o envio de comunicados a cerca de 5,3 milhões de empresas que têm direito ao crédito relativo ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O número de 4,5 milhões anunciado inicialmente foi atualizado e representa quase um milhão a mais.

### [INSS amplia calendário de prova de vida até 2022](#)

Ministério da Economia - 05/07/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou hoje (5/7), por meio da [Portaria 1.321/2021](#), publicada no Diário Oficial da União, o calendário de prova de vida até agosto de 2022. Os prazos para 2021 seguem os mesmos. O Instituto alerta que é importante a pessoa ficar atenta para realizar a prova de vida seguindo o calendário.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [TRT confirma proibição de uso de “túneis de sanitização” em trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/07/2021

Decisão judicial obtida pelo Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) garante que “túneis de sanitização” que aplicam desinfetantes diretamente em pessoas não sejam usados em trabalhadores. A Bioseta Saúde Ambiental Ltda., que comercializa o produto, foi acionada pelo órgão em julho de 2020 e impedida de comercializar os túneis em agosto, por força de liminar também obtida a partir da ação do MPT.

### [MPT processa Brasfort e GDF por demitir cerca de 200 empregados do grupo de risco para COVID-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/07/2021

De julho de 2020 a março de 2021, cerca de 200 vigilantes foram desligados da Brasfort Empresa de Segurança Ltda. pela única razão de pertencerem ao grupo de risco para COVID-19, não podendo, em momento anterior à vacina, exercer as atividades presenciais. A empresa não nega as demissões, mas justifica afirmando que seus contratantes – em sua maioria órgãos governamentais – exigiam que o trabalho não fosse exercido, em nenhuma hipótese, por empregados do grupo de risco.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Adiada vigência de alterações nas Normas Regulamentadoras](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 07/07/2021

A Comissão Tripartite Paritária Permanente do Ministério da Economia (CTPP/ME), por reuniões virtuais, de 28 a 30 de junho, deliberou pelo adiamento da entrada em vigor de alterações nas normas regulamentadoras que tratam da Saúde e Segurança do Trabalho, para 3 de janeiro de 2022. Uma portaria oficializando esse adiamento, deve ser publicada no Diário Oficial da União (DOU), até o dia 2 de agosto.

### [Governo federal lança guia prático de valorização do trabalho do aprendiz](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/07/2021

Para incentivar a experiência do jovem aprendiz num ambiente seguro e salutar, o SINAIT divulga a cartilha "[Aprendizagem – Guia Prático Valorizando o Trabalho do Aprendiz](#)" lançado no dia 12 de junho pelo governo federal. A data marca o Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. A publicação visa orientar empresas, adolescentes (de 14 aos 18 anos) e os jovens (de 18 aos 24 anos), que devem estar cursando, ou ter terminado, o ensino médio, sobre as relações de aprendizagem e trabalho decente. Além de mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da aprendizagem, segura, para os jovens.

# eSocial

## Notícias do e-Social

[Implantação da versão S-1.0 do eSocial e eventos de folha de empregadores pessoa física começam a partir de 19 de julho](#)

eSocial - 06/07/2021

Após uma reprogramação decorrente da necessidade de adaptação da Dataprev, ocorrerá no próximo dia 19 de julho a entrada em produção do eSocial Simplificado v. S-1.0 e a obrigatoriedade do envio dos eventos de folha de pagamento para os empregadores pessoas físicas pertencentes ao 3º grupo. As empresas pertencentes ao 3º grupo (pessoas jurídicas) já estão transmitindo a folha de pagamento desde maio/21. A [Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021](#) estabeleceu a readequação do calendário de obrigatoriedade.



## Outras Notícias

### [Empregado não precisa ajuizar ação no último lugar onde prestou serviços](#)

Consultor Jurídico - 11/07/2021

O empregado pode ajuizar reclamação trabalhista tanto no foro do local da celebração do contrato quanto no local onde exerceu suas atividades. Dessa forma, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região declarou a competência da 30ª Vara do Trabalho de São Paulo para julgar um processo movido por um funcionário que trabalhava em outra cidade.

### [Empresa vence ação contra sindicato por taxa para trabalho em feriados](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2021

Uma empresa de comércio varejista em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, venceu uma ação na Justiça contra dois sindicatos, dos quais não era integrante, após ser obrigada a pagar uma taxa para que os funcionários trabalhassem nos feriados. A juíza Cássia Ortolan Grazziotin, da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, entendeu que a contribuição retributiva, mesmo autorizada em convenção coletiva, é nula e inconstitucional. Ela afirmou ainda que a liberdade sindical é um direito fundamental previsto no artigo 8º da Constituição Federal.

### [Construtora deve indenizar servente vítima de ofensas racistas](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2021

Por constatar reiterada violação do patrimônio imaterial do autor no decorrer do contrato de emprego, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região condenou uma construtora a pagar indenização de R\$ 3 mil a um trabalhador vítima de injúria racial. O servente de obras alegou que era exposto a situações desonrosas no ambiente de trabalho. Segundo ele, prepostos da empresa criticavam e debochavam de seu serviço e

dirigiam-se a ele com palavras de baixo calão, inclusive na frente de outros empregados.

### [Covid-19 é doença laboral?](#)

Revista Proteção - 06/07/2021

Estamos no meio de uma pandemia e já começou o ingresso de ações trabalhistas com a finalidade de caracterizar a Covid-19 como doença ocupacional. Temos uma razoável legislação disciplinando a questão; porém, umas acabam se contrapondo a outras, deixando margem para situacionistas discutirem a questão no Judiciário. Nos termos do art. 20, da Lei nº 8.213/91, são considerados acidente do trabalho: (i) a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação contida nos anexos do Decreto nº 3.048/99; e (ii) a doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, também constante dos anexos do Decreto nº 3.048/99.

## Atos Normativos

[PORTARIA CARF/ME Nº 7.974, DE 2 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 05/07/2021 Seção I Pág. 15) - Ementa - Convoca o Pleno e as Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) e estabelece procedimentos para a análise e votação de enunciado, revisão e cancelamento de súmulas;

[PORTARIA Nº 1.321, DE 2 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 05/07/2021 Seção I Pág. 40) - Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.299, de 12 de maio de 2021, prorroga o prazo da Portaria PRES/INSS nº 1.292, de 9 de abril de 2021, e revoga dispositivo da Portaria nº 373/PRES/INSS, de 16 de março de 2020;

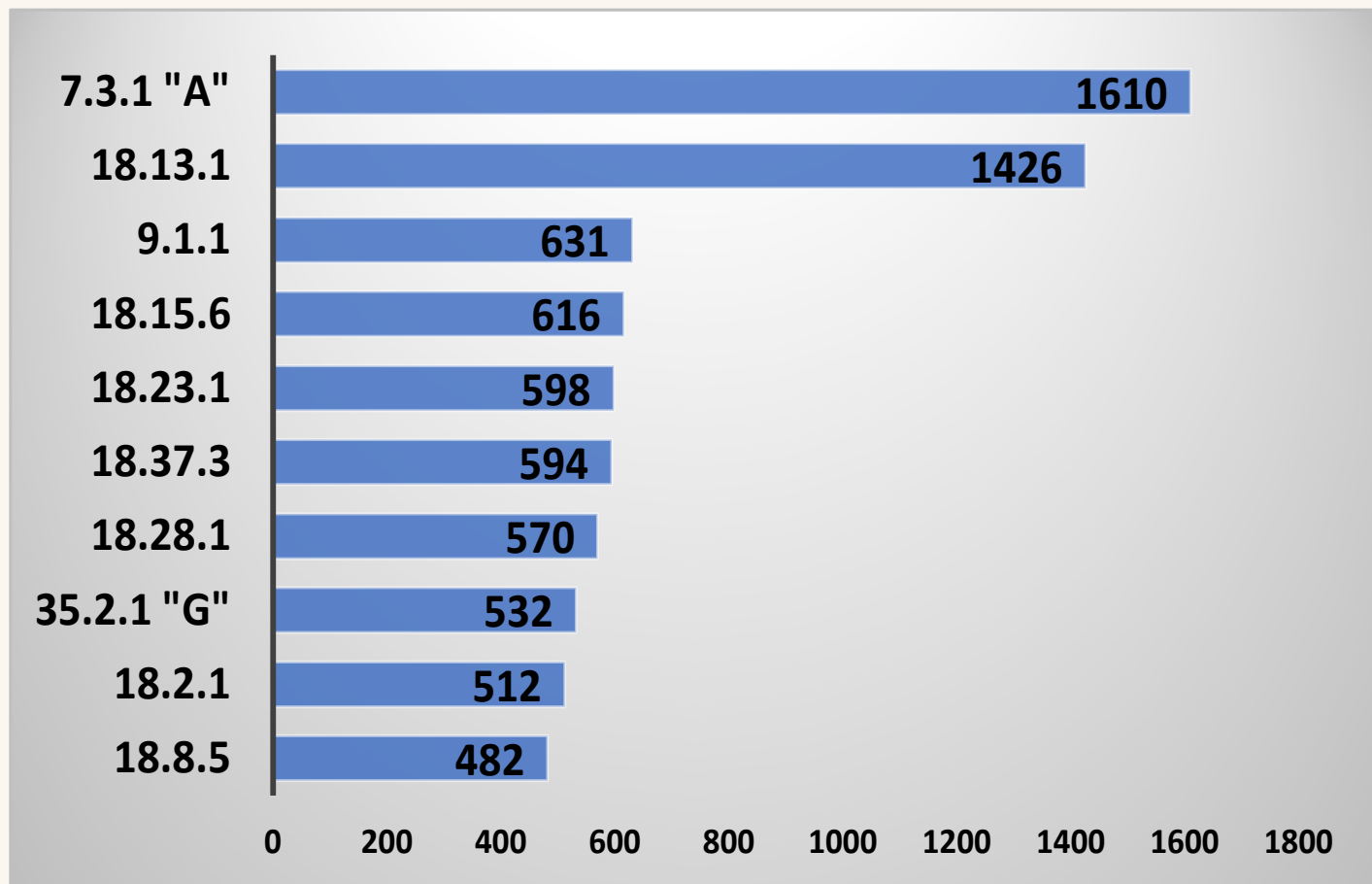
[PORTARIA ANPD Nº 16, DE 8 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 09/07/2021 Seção I Pág. 04) - Aprova o processo de regulamentação no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.038, DE 7 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 09/07/2021 Seção I Pág. 95) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/mai):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais

**9.1.1** Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*